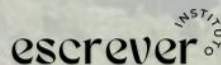


DESENVOLVIMENTO LOCAL: CIDADANIA E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

CÍCERO SANTOS DA SILVA
MARIA GERALDA DE MIRANDA



Cícero Santos da Silva
Maria Geralda de Miranda

DESENVOLVIMENTO LOCAL: CIDADANIA E
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2022

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Maria Geralda de Miranda
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Dra. Maria Geralda de Miranda
	Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho
	Profa. Dra. Grit Kirstin Koeltzch
	Profa. Dra. Patrícia Maria Dusek

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S586d

Silva, Cícero Santos da.
Desenvolvimento Local [livro eletrônico]: Cidadania e consciência ambiental/ Cícero Santos da Silva, Maria Geralda de Miranda. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-87809-57-1

1. Educação. 2. Cidadania. 3. Educação ambiental. I. Miranda, Maria Geralda de. II. Título.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Cícero Santos da Silva
Maria Geralda de Miranda

DESENVOLVIMENTO LOCAL: CIDADANIA E
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL



Rio de Janeiro – RJ
2022

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, PPGDL, do Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, e do *Projeto Educação Fiscal e Ambiental: um caminho para o desenvolvimento sustentável*, sob a orientação da Professora Dra. Maria Geralda de Miranda. A pesquisa teve como objetivo geral contribuir com a melhoria da renda dos moradores da área periurbana, na circunvizinhança do Centro Integrado de Educação e Cultura, CIEC (vinculado ao Instituto Antônia Roque Santos da Silva), no município de Barbalha, Ceará, a partir da criação de uma de uma minifábrica para processar alimentos (como bolos, pães e pizzas) e polpa de fruta, doces e geleias de frutas de época dos quintais das famílias.

A linha de pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento Local, do PPGDL, bem como o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 (Reduzir as desigualdades) e o 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, (ONU), nortearam o desenvolvimento da pesquisa, que para a sensibilização dos moradores utilizou-se a metodologia de Rodas de Conversa.

Os objetivos específicos do projeto foram no sentido de sensibilizar as famílias para a participação comunitária, para

práticas ambientalmente sustentáveis e contra o desperdício e para o empreendedorismo. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se as rodas de conversas acerca dos temas educação ambiental, educação fiscal e empreendedorismo, com o fito em conscientizar as famílias para a importância da minifábrica e contribuir com a consciência ambiental e visando a melhoria da renda das famílias.

A cidade de Barbalha, localizada na Região Metropolitana do Cariri, mesorregião do Sul cearense, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística, IBGE (2020) possui uma população de 61,662 habitantes e é forte produtora de frutas nos quintais residenciais, na área periurbana da cidade, e há um grande desperdício das chamadas “frutas de época”. O CIEC (2022), que é parceiro da Unisuam, é uma organização não governamental, que tem por finalidade promover a educação, a cultura, o desenvolvimento, a assistência social e a dignidade da pessoa humana, abrigou a instalação da minifábrica e contribuiu com profissionais para as rodas de conversa com os moradores da localidade.

Barbalha sedia uma unidade regional da Central de Abastecimento do Ceará S/A (Ceara-CE), que acolhe para comercialização frutas e hortaliças. Observa-se grande desperdício desses produtos por parte dos comerciantes

sendo, em sua grande maioria, destinados para alimentação animal ou vai para o lixo.

O grande desperdício contrasta com a grande necessidade de aumentar a renda por parte dos moradores da região, cuja média salarial da cidade, conforme dados do IBGE, era de 1.7 salários-mínimos em 2020.

A partir da observação realizada *in loco*, foi possível verificar a necessidade de projetos de sustentabilidade e cidadania, especialmente entre os pequenos agricultores, que nem sempre têm os conhecimentos ou os recursos para evitar o desperdício do que é produzido em seus quintais: as frutas de espécies diversas.

O Projeto de pesquisa foi além da cidadania, ao promover renda para famílias carentes da periferia do município de Barbalha, no entorno do CIEC. A minifábrica como projeto piloto que é, já está beneficiando as famílias, o comércio local e, poderá, quiçá, beneficiar as escolas barbalhenses de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O aproveitamento das frutas, ora desperdiçadas nos quintais e outros espaços, orientado ao devido e assertivo processo de aproveitamento, promove a sustentabilidade e a conscientização e, sobretudo, o não desperdício e o fomento constante aos diversos benefícios, além de despertar o empreendedorismo social.

SUMÁRIO

<i>CONHECENDO A CIDADE DE BARBALHA</i>	09
<i>FORMANDO CIDADÃOS AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEIS...</i>	18
<i>COMO FOI REALIZADO O PROJETO</i>	19
<i>RODAS DE CONVERSA</i>	22
<i>Contextualização do primeiro bloco de rodas de conversa: Desperdício de alimentos e o prejuízo para o meio ambiente</i>	23
<i>Contextualização do segundo bloco de rodas de conversa: Cidadania, educação fiscal e empreendedorismo</i>	29
<i>Desenvolvimento das rodas de conversa sobre cidadania, educação fiscal e empreendedorismo</i>	30
<i>CONHECENDO A MINIFÁBRICA DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS DE ÉPOCA E OUTROS PRODUTOS</i>	33
<i>DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA ALÉM DA TEORIA</i>	37
<i>A CONCENTRAÇÃO DE PODER POLÍTICO E A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO POLÍTICA E FISCAL</i>	41

<i>CONSIDERAÇÕES FINAS.....</i>	<i>47</i>
<i>REFERÊNCIAS.....</i>	<i>49</i>
<i>SOBRE OS AUTORES.....</i>	<i>54</i>

CONHECENDO A CIDADE DE BARBALHA

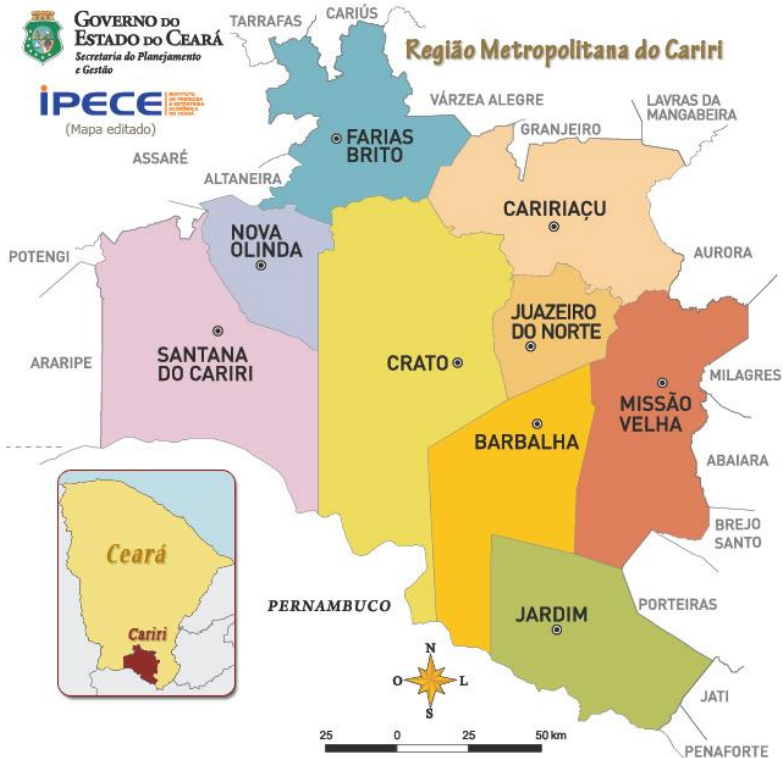
A cidade de Barbalha, localizada na Região Metropolitana do Cariri, mesorregião do Sul cearense, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística, IBGE (2020) possui uma população de 61,662 habitantes.

Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Projeto Educação fiscal e ambiental: Caminho para o desenvolvimento sustentável, e atuou no Distrito de Estrela, na área periurbana próxima ao Centro Integrado de Educação e Cultura, CIEC, por meio das rodas de conversas com moradores, com o intuito de sensibilizá-los para a criação de uma minifábrica para processar produtos alimentícios, entre eles, frutas de época desperdiçadas nos quintais das famílias e outros produtos, como bolos, doces, geleias etc., com vistas à melhoria na renda das famílias. Foi um trabalho no âmbito da cidadania e do empreendedorismo.

A minifábrica foi instalada no CIEC e já se encontra em funcionamento na produção de pães, bolos, pizzas etc., aguardando as frutas de época para transformá-las em polpa.

Barbalha está situada aos pés da Chapada do Araripe, a uma latitude de 7° 18' 18" S e longitude de 39° 18' 7" W. Junto com as cidades de Crato e Juazeiro do Norte, compõe o triângulo Crajubar na região do Vale do Cariri. Tem ao seu redor a Floresta Nacional do Araripe, FLONA. Trata-se de uma região, cujo processo de formação sociopolítico e territorial sempre encaminhou para uma autonomia política, manifesta em várias circunstâncias, porque traduzia os anseios das lideranças regionais e locais para que o Cariri pudesse vir a ocupar uma posição mais privilegiada no que tange as relações de poder na escala macrorregional (QUEIROZ, 2014).

Figura 1: Região do Cariri.



Fonte: Governo do Estado do Ceará, (2015)

Conforme Queiroz (2014, p. 94), pensar numa metrópole fora do eixo remete à perspectiva de o aglomerado urbano “Crajuubar¹ ser concebido como sendo de caráter metropolitano, apesar das possíveis e previsíveis disposições em sentido contrário. Afinal, quando confrontada com aquelas realidades do país já consolidadas e reconhecidas na literatura nacional como espaços metropolitanos, essa posição parece um tanto descabida de sentido”. Todavia,

¹ O termo CRAJUBAR, utilizado pelos habitantes da região, serve para designar a área limítrofe dos três mais importantes municípios que são: Crato (CRA), Juazeiro do Norte (JU) e Barbalha (BAR). Veríssimo, L. S., & Cavalcante, I. N. (2000). AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DO CRAJUBAR, REGIÃO DO CARIRI - ESTADO DO CEARÁ - BRASIL. *Águas Subterrâneas*. Recuperado de <https://aguassubterraneas.abas.org/assubterraneas/article/view/23450>. Acesso 03 jun. 2022.

Firkowki (2002) ao analisar a profusão de regiões metropolitanas instituídas no país por força de lei, no âmbito dos estados, adverte que a maioria dessas aglomerações pode bem ser qualificada como regiões, porém, sem serem, de fato, metropolitanas.

Ainda seguindo Queiroz (2014), a percepção do processo de conurbação revela-se não apenas no tecido urbano do Crajubar, mas, sobretudo, no seu arranjo urbano-regional. O crescimento verificado nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, sobretudo nas últimas décadas, bem como a expansão das atividades e fluxos de caráter regional concorreram para reforçar ainda mais o processo de integração socioeconômica do Crajubar.

A Região Metropolitana do Cariri, RMC, criada pela Lei Complementar Nº 78 de 2009, localiza-se ao Sul do estado do Ceará no Nordeste brasileiro e é constituída pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri (NASCIMENTO & CHACON, 2016).

A área do Crajubar, situada na bacia do Araripe, região do Cariri, é onde estão os melhores aquíferos do estado do Ceará, com as maiores reservas de água subterrânea, quase sempre de boa qualidade. Tais aquíferos abastecem os três municípios (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) através de poços tubulares e/ou fontes. O abastecimento público de água nas cidades de Juazeiro e Barbalha é feito através de água subterrânea, complementado por fontes no município do Crato; contando com 74.139 ligações e uma oferta d'água de 4.369 m³/h (VERÍSSIMO & CAVALCANTE, 2000, p. 2).

No século XVII, chegaram as Entradas para as terras localizadas às margens do Riacho Salamanca, habitadas pelos índios Kariri, que deram nome à região, no decorrer deste século, a busca pelo metal precioso, nas ribanceiras do Rio Salgado, trouxe para a região a colonização e em consequência a doação de sesmarias, o que permitiu o surgimento de lugarejos e vilas. Deste

contexto surge Barbalha, um núcleo urbano que cresce ao redor da Capela Santo Antonio, fundada nas terras de Francisco Magalhães Barreto e Sá, descendente de Men de Sá, terceiro Governador-Geral do Brasil (LANDIM, 2019).

O distrito de Barbalha foi criado em 30 de agosto de 1838, pela lei provincial nº 130, subordinado ao município do Crato. A sua emancipação à condição de Vila ocorreu em 1846, pela lei provincial nº 374. Em 1876 foi elevada à categoria de cidade pela lei nº 1740, altura em que contava apenas com o distrito sede, Barbalha (LANDIM, 2019). O nome da cidade, Barbalha, segundo Landin (2019) é alusivo ao nome de uma moradora da região, cuja casa servia de albergue para tropeiros de gado que traziam os rebanhos de Pernambuco para passarem os períodos de estiagem na região da Chapada do Araripe. E que por ser proprietária do principal ponto de apoio e hospedagem da região, tornou-se bastante conhecida por sua hospitalidade. Tal fato contribuiu para que o lugar herdasse seu nome.

A denominação original da cidade era Freguesia do Santo Antônio de Barbalha e desde 1838, Barbalha.

Figura 2: Barbalha antiga.



Fonte: Landim (2019)

Mas em razão de ato estadual, de 15 de setembro de 1904, foi criado o distrito de Cajazeiras, que foi anexado ao município de Barbalha. Tal distrito recebe nova denominação em 30 de dezembro de 1943, pelo decreto-lei estadual nº 1.114, passando a denominar Arajara. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município passou a ser constituído de dois distritos: Barbalha e Arajara, permanecendo desta maneira até 1991, quando foi criado pela lei municipal 1147 o Distrito de Estrela, onde o projeto desenvolve as suas atividades. Em 2007, o município de Barbalha passou a ser constituído de quatro distritos: Barbalha, Arajara, Caldas e Estrela (PREFEITURA DE BARBALHA, 2022).

A região atravessa uma acentuada fase de crescimento econômico e demográfico, e, conseqüentemente, de mudanças sociais e ambientais. O principal deles é a desigualdade social, o desemprego e pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Daí a importância de implantação de políticas públicas e de projetos sociais, sobretudo voltados para o aumento da renda das famílias.

Figura 3: Vista panorâmica da cidade de Barbalha atual



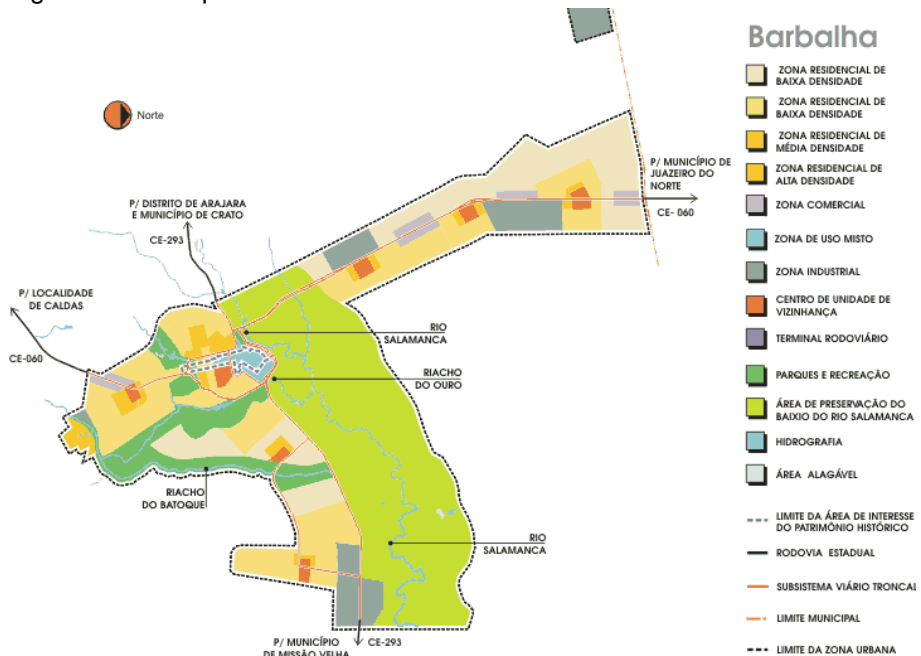
Fonte: TripAdvisor, 2015.

A renda média salarial da cidade, conforme dados do IBGE, era de 1.7 salários-mínimos em 2020. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 45 de 184 e 14 de 184, respectivamente. (IBGE, 2020). Já o Índice de Desenvolvimento Humano era em 2010 era de 068, a sétima posição no estado do Ceará (IBGE, 2010).

Também de acordo com dados do IBGE (2010), a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 6.26 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 146 de 184 e 45 de 184, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3602 de 5570 e 1545 de 5570, respectivamente (IBGE, 2022).

A área territorial de Barbalha é 608,158 km² (IBGE, 2021). Quanto às condições ambientais, a cidade apresenta somente 17.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, mas 94.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 8.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 87 de 184, 54 de 184 e 36 de 184, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3803 de 5570, 961 de 5570 e 2924 de 5570, respectivamente (IBGE, 2020).

Figura 4: Hierarquia viária oficial de Barbalha



Fonte: Barbalha wik, 2022.

Barbalha sedia uma unidade regional da Central de Abastecimento do Ceará S/A (Ceara-CE), que acolhe para comercialização frutas e hortaliças como macaxeira, batata doce, feijão verde, pimentão, cebola, jerimum, alface, cebolinha, chuchu, batata inglesa, cenoura, beterraba, repolho, pepino, berinjela e coentro, pera, uva, maçã, abacate, laranja, banana, tomate, mamão, melancia, manga, melão, abacaxi, goiaba, tangerina, maracujá e morango. Observa-se grande desperdício desses produtos por parte dos comerciantes sendo, em sua grande maioria, destinados para alimentação animal ou vai para o lixo.

No momento em que uma fruta não é consumida e posta no lixo, vai também pelo lixo o trabalho do agricultor e com isso os nutrientes e recursos naturais que poderiam alimentar famílias, gerar renda e desenvolvimento para os produtores dos quintais produtivos locais.

Conforme foi dito, a média salarial de Barbalha é muito baixa, era de 1.7 salários-mínimos em 2020. E a proporção de pessoas ocupadas também não é alta, total de 17,9% (IBGE, 2020). Já o Índice de Desenvolvimento Humano era em 2010 de 0,683 a sétima posição no estado do Ceará. O produto interno bruto em 2019 era de 17.347,60 (IBGE,2010).

Por outro lado, Barbalha é conhecida nacionalmente por sua riqueza folclórica, uma vez que possui uma das maiores festas juninas do Brasil: a Festa do Pau da Bandeira. A cidade tem como padroeiro, Santo Antônio, o casamenteiro, que a festa rende homenagens. As homenagens ao santo renderam a cidade o título de "Terra de Santo Antônio".

A cidade também possui um considerável número de prédios e locais históricos e um bom potencial turístico. Por estar situada na encosta da Chapada do Araripe, há uma vasta área de floresta nativa repleta de fontes de água mineral e trilhas ecológicas.

A cidade de Barbalha é uma importante cidade da região do Cariri e junto com outras duas (Crato e Juazeiro do Norte) que juntas formam a região urbana do Crajubar. É uma cidade que está crescendo cada vez mais e junto com o crescimento há uma necessidade de políticas públicas, principalmente de renda, uma vez que a média salarial é baixa e há um número grande de pessoas desempregadas.

O problema dos baixos salários pagos na região e certamente o desemprego puxam o IDH para baixo, uma vez que os outros dois indicadores formadores do IDH (escolaridade e longevidade) estão na média brasileira. A mortalidade infantil também é considerada alta, o que também pode estar relacionado ao fator renda.

Outro problema preocupante na cidade de Barbalha e quiçá em toda a região do Crajubar é o ambiental, em razão da falta de saneamento básico. Na cidade de Barbalha somente 17.8% de domicílios encontram-se com esgotamento sanitário adequado, o que

é muito grave, uma vez que o sistema de fossa pode contaminar o lençol freático, contaminando assim a água consumida na região, proveniente de aquífero, que ainda hoje é boa qualidade.

O Projeto de pesquisa Educação fiscal e ambiental: Caminho para o desenvolvimento sustentável foi além da cidadania ao promover renda para famílias carentes da periferia do município de Barbalha, no entorno do CIEC, que é uma entidade promotora de atividades de Educação Fiscal e Cidadania e que serviu de espaço para aplicabilidade deste projeto de pesquisa.

FORMANDO CIDADÃOS AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEIS, POR MEIO DE RODAS DE CONVERSA

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 (Reduzir as desigualdades) e o 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) da Agenda 2030 da Organização das nações Unidas (ONU) nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, que optou pela metodologia da roda de conversa, buscando a sensibilização das famílias participantes do Projeto Educação Fiscal e Ambiental: Um caminho para o desenvolvimento sustentável, no que tange ao engajamento e à conscientização. Os temas discutidos nas rodas foram os seguintes: Desperdício e meio ambiente, Cidadania, Educação fiscal e Empreendedorismo. Tais temas foram escolhidos por guardarem relação com o empreendimento (minifábrica de polpa de frutas e outros produtos) e pela necessidade de formação em cidadania, participação política e comunitária e cidadania ambiental.

Nesta parte serão relatadas e discutidas as Rodas de Conversas realizadas junto aos moradores mobilizados para criação da minifábrica de alimentos, no Centro Integrado de Educação e Cultura, CIEC, na cidade de Barbalha.

Em geral quando se fala em roda de conversa, refere-se à organização de círculos para conversação mediante uma provocação temática. Há uma ênfase na participação ou mesmo no protagonismo dos integrantes das rodas, visando partilha de saberes e reflexividade sobre experiências individuais ou coletivas (BEDIN & PINO, 218, PINHEIRO, 2020). As pessoas convidadas a integrá-las carregam consigo vivências, de modo que a chegada ao encontro, como argumenta Pinheiro (2020) não é isenta de experiências próprias em práticas de conversação e partilha, que podem estar ligadas a ações educativas reconhecidas no campo, articuladas a costumes comunitários ou, de maneira mais abrangente, associadas às relações sociáveis que produzimos. (PINHEIRO, 2020; WARSCHAUER, 2004).

Rodas de conversa como metodologia identificada na literatura tende a diferir de uma “conversa sociável”. De maneira geral, são iniciativas que associam pesquisa e educação e, logo, interpõem uma intencionalidade educativa (SAMPAIO ET AL, 2014). A intencionalidade é que de certo modo orienta a organização da roda, que pode variar significativamente quanto à intensidade e aos modos de condução. Há Rodas, que delimitam os eixos iniciais para debate, bem como a organização detalhada de dinâmicas de grupo e disposição de frases para interpretação e interlocução.

Quase sempre as rodas de conversa são estabelecidas com a finalidade de dar voz aos sujeitos, visando possibilitar a sua participação efetiva, na medida em que pode expressar o aporte de seus saberes, que serão partilhados por todos. A partilha de experiências diferentes cria condições para reflexões críticas sobre determinada prática ou condição. Nesse sentido, as rodas de conversa se inscrevem no pensamento de Paulo Freire (PINHEIRO, 2020, SAMPAIO ET AL, 2014).

COMO FOI REALIZADO O PROJETO

Do local do projeto

O Projeto foi desenvolvido na cidade de Barbalha, sul do Estado do Ceará, na Organização Não Governamental Instituto Antônia Roque Santos da Silva – Centro Integrado de Educação e Cultura - CIEC, que é uma entidade referência no desenvolvimento de atividades de Educação Fiscal e Cidadania.

O CIEC está localizado no Distrito Estrela, região que é forte produtora de frutas nos quintais residenciais, localizados na área periurbana da cidade, e há um grande desperdício das chamadas “frutas de época”. A ideia foi concebida através da observação cotidiana nas visitas familiares e a partir dessa observação, elaborou-se um projeto de financiamento junto à Receita Federal do Brasil, que em outros anos, já havia financiado iniciativas do CIEC no campo da Educação Fiscal.

Do financiamento do projeto

Além do financiamento da Receita Federal do Brasil (que o faz a partir de mercadorias apreendidas no Brasil), o CIEC realizou um bazar beneficente que culminou com a arrecadação de parte dos recursos necessários para materialização da minifábrica de produtos, entre eles polpa de frutas de época dos quintais dos moradores da região.

Das Rodas de Conversa

Foram realizadas 12 (doze) oficinas com 01(uma) hora de duração cada uma, em formato de rodas de conversa. Visando sempre contribuir com os participantes, o pesquisador convidou profissionais, que já atuam no CIEC, das áreas de Direito, Psicologia e Engenharia ambiental, de modo que as oficinas tivessem, além do pesquisador, a presença desses profissionais que contribuiriam com a ampliação do debate formativo dos moradores. As oficinas, que tiveram a participação de 10 (dez) a 20 (vinte) famílias, discutiram temas envolvendo a organização social, os direitos e deveres do cidadão, o combate ao desperdício de alimento e a preservação ambiental. As oficinas aconteceram às segundas e quartas-feiras, em 2 horários: das 17h às 18h e das 19h às 20h e aos sábados das 09h às 10h, dependendo da disponibilidade das famílias.

As oficinas no formato de rodas de conversa iniciaram com a saudação dos mobilizadores, isto é, a família que estava recepcionando a capacitação. Em seguida foram realizadas dinâmicas de apresentação dos presentes, exposição do conteúdo a ser trabalhado, oitiva das experiências das famílias, momento formativo com palestra, em forma de diálogo e em seguida troca de ideias. A dinâmica mais adotada foi a dinâmica “quebra gelo”.

Dinâmica “Quebra gelo”

A dinâmica Quebra-gelo é uma atividade, exercício ou vivência projetada para “quebrar o gelo”, ou seja, para descontrair e criar um

clima de segurança e acolhimento entre os membros ou sujeitos de uma reunião, congresso, simpósio ou, mesmo sendo, uma reunião familiar, que normalmente limita ou inibe as interações de um grupo de pessoas que podem ou não se conhecer (GOUVEIA, 2022).

Nessa dinâmica é possível uma interação entre as famílias, para uma breve apresentação nominal, sobre suas peculiaridades, onde moram e o que fazem, quais suas perspectivas em relação ao convite formulado, com objetivo de sensibilização e direcionamento para que participem do projeto, ativa e propositivamente.

A dinâmica quebra gelo é um exercício de facilitação destinado a ajudar os membros de um grupo a iniciar o processo de formar uma equipe, perpassando uma combinação de despojamento, empoderamento e descontração, trazendo todos e todas para uma ciranda em comum.

Essa dinâmica é, comumente, apresentada como um “jogo” para “aquecer” o grupo, auxiliando os membros a se conhecerem, a interagirem, a se conectarem. Eles, os membros-sujeitos da reunião/encontro, geralmente, se concentram no compartilhamento de informações pessoais, como nomes, *hobbies* etc. Todavia, entende-se que é preciso ir além.

As atividades de fortalecimentos de grupo têm como objetivo estreitar os laços, para que os sujeitos se sintam confortáveis, amparados, sensibilizados e mobilizados para a práxis da proposição.

Da instalação da mini-indústria

Para receber a minifábrica foram feitas adaptações, tais como construção de tanques para separação de frutas, colocação de câmaras de resfriamento e congelamento, aquisição de equipamentos tais como: despoldadeiras, liquidificador industrial, seladora e lacradora de embalagem e balanças.

Também foi necessária a adaptação arquitetônica dos alpendres do espaço para realização das oficinas e encontro com as famílias envolvidas no projeto. Enquanto se instalava a minifábrica, organizava-se as oficinas em formato de rodas de conversa com as famílias do entrono.

RODAS DE CONVERSA

Para as discussões acerca das rodas de conversa, optou-se por fazer dois blocos de discussão: O primeiro sobre a temática **Desperdício de alimentos e o prejuízo para o meio ambiente** e o segundo **Cidadania, direitos e deveres e participação comunitária**. Todos os temas das rodas de conversa convergiram para o objetivo geral das rodas que foi sensibilizar as famílias quanto à necessidade da união para aproveitamento dos resíduos para a produção de polpas, geleias e demais insumos alimentares possíveis, trilhando um caminho para a sustentabilidade e a consciência ecológica, bem como organização comunitária com vistas à participação e partilha na minifábrica de alimentos.

Todos os encontros ou todas as Rodas de Conversa aconteceram nas próprias residências das famílias, imprimindo maior realismo, a partir da observação da realidade dos sujeitos envolvidos. De acordo com Mélló et al. (2007), as rodas de conversa priorizam discussões em torno de uma temática, que deverá ser o centro de interesse de todos os participantes.

Em cada oficina (na modalidade roda de conversa), o pesquisador pedia permissão para gravar as conversas, somente após o início, quando todos já estavam sentados na roda, iniciava-se a gravação, com a permissão de todos, o gerou um arquivo com 12 horas de gravação. Das gravações, alguns trechos foram selecionados para compor o presente trabalho. Para não identificar os membros participantes, optou-se por chamá-los de Participantes A, B, C, D, E, F e G.

O objetivo geral das rodas de conversa desse bloco foi sensibilizar as famílias quanto à necessidade da união de pessoas para aproveitamento dos resíduos para a produção de polpas, geleias e demais insumos alimentares possíveis, trabalhando as questões sociais e a problemática ambiental do desperdício e perdas de frutas dos quintais das famílias barbalhenses, para que possam gerar ganhos econômicos, trilhando um caminho para a sustentabilidade e a consciência ecológica. Os objetivos específicos foram conscientizar sobre a necessidade de participação política-comunitária, visando à solução dos problemas do lugar e contribuir com a compreensão das famílias sobre direitos e cidadania.

Contextualização do primeiro bloco de rodas de conversa: Desperdício de alimentos e o prejuízo para o meio ambiente

A produção de alimentos, no mundo, vem aumentando a cada ano para suprir a demanda ocasionada pelo crescimento da população, o consumo nos países em desenvolvimento e as mudanças nos padrões de consumo atuais. Esse aumento na necessidade de produção gera maior pressão sobre os recursos naturais, como solo, água, energia e nutrientes e torna ainda mais nítido os problemas sociais e os impactos ambientais. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2021), cerca um quarto de todos os alimentos produzidos, em âmbito mundial, são desperdiçados, anualmente, pela falta de iniciativas empreendedoras e desenvolvimento local. As perdas estariam ligadas à diminuição da massa disponível de alimentos para o consumo humano nas fases de produção, pós-colheita, armazenamento e transporte.

Ao longo da cadeia de produção de alimentos, as causas para a perda e desperdício variam de acordo com a situação local, o manejo e as condições apresentadas. O alimento que é desperdiçado perde junto com ele todos os recursos que foram consumidos durante o seu processo de produção e causa impactos ambientais na atmosfera e no meio onde ocorre o descarte. Essas perdas causam grande impacto na disponibilidade dos alimentos o

que pode levar a menos ganhos para produtores, aumento de preços dos alimentos, bem como, gerar insegurança alimentar para a população mais vulnerável, evoluindo para queles de maior poder aquisitivo, como consequência do processo de desperdício. Nos quintais dos moradores da cidade de Barbalha, há um grande desperdício de frutas de época.

Desenvolvimento das rodas de conversa: Desperdício de alimentos e o prejuízo para o meio ambiente

Mais que o complemento de uma ética da dignidade humana, a consciência ecológico-planetária deve ser o princípio norteador do agir ético. Não se pode deixar de considerar que a palavra consciência, em nosso meio, está muito desgastada e tem forte conotação sentimental. Por esse motivo, somos chamados a reconstruir o verdadeiro sentido desse conceito.

As rodas de conversa sobre esta temática **Desperdício de alimentos e o prejuízo para o meio ambiente** tratou dos principais problemáticas ambientais e do desperdício de frutas de época, produzidas nos quintais dos participantes, como parte integrante de soluções práticas a serem implementadas para o combate ao desperdício das frutas e, ainda, gerar renda para as famílias participantes, bem como, aquelas que, sensibilizadas pelas ações fecundas e assertivas do projeto, sintam-se convidadas a fazer parte e somar valor, para um movimento ainda maior de desenvolvimento social e local.

O princípio da consciência ecológico-planetária deve levar o ser humano, nesse tempo de globalização e de profundos avanços tecnológicos, a tratar “o humano humanamente”, em toda a abrangência de sua vulnerabilidade. É necessário estabelecer o diálogo como a principal fonte e capital humano para o empreendedorismo social, para a sustentabilidade e, quiçá, para o despertar do cuidado e responsabilidade pelos bens da natureza, que aparentemente parecem inesgotáveis, mas se não houver

sinalização de um comprometimento real com as fontes naturais, caminharemos para aniquilação.

As rodas de conversas tiveram o seu *modus operandi* em tratar o humano humanamente, pois entendemos como sendo uma postura que exige profunda mudança de mentalidade e das formas de relação que, hoje, são continuamente transformadas, pela relação ser-objeto-instrumento. Os instrumentos, sejam eles das mais diversas formas e natureza constitutiva, exercem grande influência na cultura e, assim, acaba por ser delineada por eles, ou seja, pela tecnologia, pelo movimento globalização do digital, por sua hiper conectividade e empoderamento das cadeias de comunicação.

O ser humano, as famílias envolvidas nas rodas de conversa, são os únicos sujeitos capazes de manipular os objetos e instrumentos dando-lhes imensa gama de significados e interações, de modo a instrumentalizar a si mesmo e os seus semelhantes

Figura 10: Frutas desperdiçadas nos quintais (caju e manga)



Fonte: imagens do próprio autor.

Figura 11: Frutas desperdiçadas (mangas)



Fonte: imagens do próprio autor.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em 2010, propõe a responsabilidade compartilhada entre a sociedade, empresas e setor público, no que diz respeito aos resíduos sólidos. Os alimentos desperdiçados acabam se tornando resíduos sólidos, portanto, são incorporados à prática da responsabilidade compartilhada. Porém, esta proposição poderia, também, se estender às questões relacionadas ao desperdício antes dos alimentos se tornarem resíduos, como medida educativa de mudança de comportamento, a fim de desafogar um sistema saturado por tamanho desperdício.

Figura 12: Mangas varridas para o lixo



Fonte: imagens do próprio autor.

Figura 13: Mangas colocadas no lixo



Fonte: imagens do próprio autor.

Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade.

As rodas de conversa sobre “Desperdício de Alimentos e o Prejuízo Para o Meio Ambiente” evidenciaram falta de informações por parte das famílias, sobretudo sobre transformar desperdício em renda, mas por outro lado, demonstraram muita sabedoria por parte dos participantes, como por exemplo, tornar os pequenos pomares mais produtivos com insumos naturais, sem usos de adubo químico, a partir do uso de outras plantas. A participante G ficou emocionada ao se referir aos vizinhos como amigos, *“que se gostavam, mas não se aproximavam muito, que as rodas de conversa tiraram a minha solidão, porque as vezes somos sozinhos, mesmo com pessoas por perto”* Já o Participante F disse: *“estou contente porque sempre me incomodei com tamanho desperdício de frutas, mas não sabia como agir, não sabia nada de união para conseguir as coisas. Fico feliz também conforme a doutora disse, de saber cuidar do meu pomar.”*

Figura 14: O pesquisador coordenando 2 rodas de conversa



Fonte: imagens do próprio autor.

Figura 15: O pesquisador, coordenado outra roda de conversa.



Fonte: imagens do próprio autor.

As dinâmicas denominadas de “quebra gelo”, utilizadas nas oficinas, foram bem-sucedidas, uma vez que o pesquisador e os profissionais que delas participaram, ao final de cada uma, resumiam para o grupo o que foi aprendido durante o exercício, sem fazer juízos de valor, mas, sobretudo, jogando luzes sobre a conquista da interação e convidando a todos a sentirem-se no mesmo “chão”, onde a presença de cada um é indispensável e intransferível. Nesse sentido, o Participante C reafirmou *“que aquele movimento era muito necessário, porque não sabia que frutas caídas pudessem se transformar em fonte de renda para eles.”*

Verificou-se que as atividades propostas levaram a um fortalecimento do grupo, a um estreitamento de laços entre os participantes, que foram sensibilizados e mobilizados para a práxis do projeto. A grande maioria dos participantes das rodas foram pessoas com mais de 40 anos, todos chefes de família. A Participante A assim se referiu às rodas de conversa: *“aprendi bastante com as rodas de conversa, a fábrica de alimentos, mesmo pequena, veio em uma hora que estamos todos precisando de dinheiro e de aprender coisas que não sabemos como a nossa participação e principalmente que juntos temos força”.*

Contextualização do segundo bloco de rodas de conversa: Cidadania, educação fiscal e empreendedorismo

Nenhuma nação se constrói prescindindo de educação ainda que seja informal, como a que se realizou nas rodas de conversa sobre cidadania, educação fiscal e empreendedorismo no decorrer da execução do projeto de pesquisa, cuja dissertação é resultado. A Educação Fiscal acrescenta elementos substanciais à formação humana, oportuniza o cidadão a apropriar-se dos bens públicos, exigir seus direitos e fortalecer a prática de reivindicar, garantidos na Carta Magna. Permite também a compreensão de que o Estado, sem participação efetiva do cidadão, exerce mal o seu papel, pois é o financiador das ações estatais, por meio de pagamento de tributos.

O Relatório do PNUD (2021) trata da concentração de poder como uma das causas das desigualdades, uma vez que os que concentram o poder faz uso indevido dele e distorce as políticas públicas. Tal relatório foi certo ao considerar a política nas mãos de poucos como fator negativo para o desenvolvimento, porque no Brasil são as mesmas famílias que se estão no Poder há anos, no Legislativo e mesmo no Judiciário. No Judiciário, apesar dos concursos os sobrenomes se repetem, assim como no Legislativo. No Legislativo, entra o homem, depois a mulher, os filhos e os afilhados, de modo que o poder fica nas mesmas famílias. Logo, o diagnóstico do PNUD (2021) está de acordo com a realidade do Brasil.

O Relatório discute também a violência como o terceiro fator das desigualdades, uma vez que nas áreas violentas, como favelas e outras periferias, nem o Estado vai lá, quando vai, o faz por meio do camburão e do rabeção. Com o Estado afastado da localidade, abre-se espaço para o crime organizado, como o tráfico de drogas, por exemplo. De modo que a violência, de fato, é um fator que agrava as desigualdades, porque coloca os pobres numa situação de total vulnerabilidade.

Lê-se que no Relatório do PNUD, a concentração de poder nas mãos de poucos, ou das mesmas famílias, verdadeiras oligarquias, que defendem seus interesses privados, é um dos fatores que ligam a alta desigualdade com o baixo crescimento. Os cargos públicos de decisão, administração e controle sempre nas mesmas “mãos”, por causa da influência política, leva ao uso indevido do poder, o que distorce as políticas públicas e enfraquece as instituições

Desenvolvimento das rodas de conversa sobre cidadania, educação fiscal e empreendedorismo

O que se observou nas rodas de conversa sobre cidadania, educação fiscal e empreendedorismo, foi que os participantes, com exceção de um, tinham pouca escolaridade, no máximo o Ensino fundamental completo. O pouco acesso ou quase nenhum à formação escolar formal, conforme relataram, tem implicação direta na dificuldade de conseguir trabalho formal, que exige formação acadêmica. O fato de poderem empreender a partir do aproveitamento de frutas que os seus quintais produzem, seja para alimento diário ou para comercialização, deixou-lhes bastante interessados em aprender coisas novas e principalmente em se associarem.

Figura 16: O pesquisador coordena outra roda de conversa



Fonte: imagens do próprio autor.

A Participante A disse “*que nas rodas de conversa, aprendemos muito com a experiência de outras pessoas e com as dificuldades também*”. Já a Participante B relatou que “*A importância da participação comunitária é fundamental, porque aprendemos que unidos conseguiremos com mais facilidade as coisas, que podemos cobrar do prefeito melhorias para o nosso lugar*”.

Figura 17: O pesquisador coordena outra roda de conversa



Fonte: imagens do próprio autor.

Nas dinâmicas oferecidas nas rodas de conversa foi possível uma interação entre as famílias, para uma breve apresentação nominal, sobre suas peculiaridades, como o que acham do lugar onde moram, o que faziam, bem como, quais suas perspectivas em relação ao convite formulado, com objetivo de sensibilização e direcionamentos para que participem do projeto da minifábrica de maneira ativa e propositivamente. A Participante D disse o seguinte: “*a fábrica de alimentos é muito importante e serve de incentivo às pessoas a começar a ter uma renda, porque nós aqui estamos meio isolados da cidade, somos nós mesmos que socorremos uns aos outros*”. Já a participante F falou “*A minifábrica de alimentos nos levou a entender a importância da participação comunitária. Vamos conseguir processar alimentos e não vamos perder, como acontecia*”.

Pelos fragmentos das conversas que foram gravadas, percebe-se a importância da educação não formal e de projetos de geração de renda. Percebe-se também que com uma metodologia

adequada é possível reunir pessoas em torno do empreendedorismo cooperativos.

Mais que o complemento de uma ética da dignidade humana, o empreendedorismo social e cooperativo, vinculado ao desenvolvimento local, deve ser o princípio norteador do agir ético. O princípio da responsabilidade e porque não dizer da compaixão deve levar o ser humano, nesse tempo de globalização e de profundos avanços que não tem espaço para os não preparados.

Trata-se de um caminho que requer, sobretudo, compromisso social e aplicação de políticas públicas fiéis aos apelos das comunidades mais vulneráveis, objetivando a apresentação de projetos e programas que impulsionem as famílias e pessoas afins a enxergar como possibilidade e perspectiva de desenvolvimento.

Da observação do pesquisador e do auxílio do material gravado, pôde-se verificar que o objetivo das rodas de conversas foi cumprido uma vez que os sujeitos convidados, ao final do processo, isto é de 12 oficinas no formato de rodas de conversa, se mostraram sensibilizados e abertos à participação e acima de tudo dispostos a “abraçar a causa” da minifábrica de alimentos e a aprender a gerir o empreendimento.

A interação dos participantes do grupo com o pesquisador e dos participantes com eles mesmos foram muito positivas. Pode-se dizer que houve um “empoderamento”, principalmente das mulheres, em relação às iniciativas dentro do projeto, o que demonstra que levar a palavra, antes do projeto e construir o projeto para conseguir o pão (parafrazeando Selvino Heck) pode ser uma estratégia adequada na implantação de projetos sociais, principalmente voltado para o empreendedorismo cooperativo. Logo, a formação do grupo de estudo no formato de rodas de conversa pode ajudar os sujeitos envolvidos na ação, possibilitando integração e empoderamento para o devido e necessário entendimento do projeto.

Observou-se também que cada família envolvida na ação compreendeu o motivo pelo qual foi convidada a fazer parte do projeto, e que entenderam também a mensagem ambiental contra o desperdício. Também houve entendimento expresso em muitas falas sobre o papel do cidadão em participar da melhoria de sua situação e não ficar esperando um “salvador” para resolver os seus problemas. Pode-se afirmar que houve uma “politização” do grupo, que é o se espera principalmente após as rodas de conversa sobre cidadania e educação fiscal, o que ficou evidenciado nas falas sobre “mobilizar para fiscalizar o poder público”; “que eram sujeitos, atores e não objetos do processo social”.

O sentimento de pertença ao lugar também foi reforçado, pela vontade declarada de melhorar o espaço, de cuidar do que era deles. E a minifábrica de alimentos, não resta dúvida, foi o vetor mobilizador, que gerou esperança de dias melhores no grupo, o que comprova os dados estatísticos do IBGE que apontam baixos salários e necessidade de gerar renda.

CONHECENDO A MINIFÁBRICA DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS DE ÉPOCA E OUTROS PRODUTOS

Contextualização

O projeto da mini-indústria foi financiado pela Receita Federal, por meio do Projeto Educação Fiscal e ambiental. De posse dos recursos, iniciou-se a organização-instalação da minifábrica e os demais objetivos previsto no presente projeto.

A minifábrica de alimentos foi instalada na área que sedia o CIEC, no Distrito Estrela na cidade de Barbalha-CE, com sala multiuso, complexo de quatro salas de escritório, alpendre, onde são desenvolvidas as atividades de formação.

Objetivo do produto:

Promover a geração de renda para famílias periurbanas circunvizinhas do CIEC.

Descrição do produto:

Trata-se de uma minifábrica para processar frutas desperdiçadas e outros produtos. Foi adquirida para a minifábrica, com recursos do projeto Educação Fiscal e Educação ambiental, financiado pela Receita Federal, os seguintes equipamentos: câmaras de resfriamento e congelamento, despulpadeiras de frutas, utensílios para cozinha industrial, batedeiras, forno industrial, mini mesa panificadora desmontável, seladoras de pedal, liquidificador Industrial, armário vazio p/20 assadeiras 58x70, armário esqueleto p/20 assadeiras 58x70

O projeto também financiou a aquisição de um parque gerador de energia solar, bem como de um kit gerador 9.54 kwp e a adaptação estrutural do prédio do CIEC para receber a mini-indústria.

Observações:

Para receber a minifábrica foram feitas adaptações, tais como construção de tanques para separação de frutas, colocação de câmaras de resfriamento e congelamento, aquisição de equipamentos tais como: despulpadeiras, liquidificador industrial, seladora e lacradora de embalagem e balanças. Também foi necessária a adaptação arquitetônica dos alpendres do espaço para realização das oficinas e encontro com as famílias envolvidas no projeto. Enquanto se instalava a minifábrica, organizava-se as oficinas em formato de rodas de conversa com as famílias do entrono.

Figura 5: Mulheres trabalhando na mini-indústria



Fonte: imagens do próprio autor, 2022

Figura 6: Mulheres trabalhando na mini-indústria - 2



Fonte: imagens do próprio autor, 2022

Figura 7: Mulheres trabalhando e olhando para uma bateadeira



Fonte: imagens do próprio autor, 2022.

Figura 8: Despolpadeira



Fonte: imagem do próprio autor, 2022.

A fabricação de polpa de frutas não consta das fotos do produto, porque ainda não é a época das frutas como manga e caju que são abundantes na região, logo não puderam ser processadas. Mas as participantes do projeto já puderam testar a mini-indústria

com a produção de outros produtos, como pães, bolos e pizzas, entre outros, conforme fotos abaixo.

Figura 9: Pães fabricados pelas mulheres do projeto.



Fonte: imagem do próprio autor, 2022.

DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA ALÉM DA TEORIA

O desenvolvimento local “é o resultado da aplicação do crescimento econômico na localidade, e expressa a aptidão e competência de cada região ou território em criar articulações capazes de empreender esforços na construção dos arranjos necessários à promoção de desenvolvimento” (BOISIER, 1989, SANTANNA ET AL, 2020, p. 597).

Esse processo, segundo Santanna et al. (2020, 597) somente encontra viabilidade a partir da ativação social que pode ser traduzida na mobilização dos atores locais de diferentes segmentos e no exercício de uma “governança estratégica, apta no estabelecimento das melhores pactuações, necessárias à composição de um planejamento regional aderente aos anseios da população e, ao mesmo tempo, a produzir consensos capazes de garantir a legitimidade do processo de tomada de decisão”.

Não se pode falar em Desenvolvimento local sustentável sem perpassar pela formação cidadã e exercício dessa cidadania, por meio da Educação Fiscal. O Brasil é protagonista nessa área no

cenário mundial, através do Programa Educacional Nacional de Educação Fiscal (PNEF), criado em 1996, coordenado pelo Governo Federal, em conjunto com as Secretarias de Fazendas Estaduais e de Finanças Municipais.

O atual contexto brasileiro exige que a Educação Fiscal, que é um programa educacional que compartilha conhecimentos e interage com a sociedade sobre a origem, a aplicação e o controle dos recursos públicos, a partir da adoção de uma abordagem didático-pedagógica interdisciplinar e contextualizada, capaz de favorecer a participação social em sua plenitude.

No âmbito da Educação Fiscal, os entes federados visam compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade local sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, favorecendo a participação social. A legislação que fundamenta o Programa é a Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Nº 5.622/05 de 19 de dezembro de 2005 e a Portaria Normativa Nº 02/07 de 10 de janeiro de 2007.

Essas referências legislativas são os pilares da Educação Fiscal que objetivam a educação integral, inclusiva socialmente e combate incisivo às desigualdades sociais, por meio de ações com viés social, como contribuição oportuna e necessária, e o desenvolvimento regional sustentável e adequado às peculiaridades locais e Regionais.

Assim, é muito importante a discussão acerca da problemática do desenvolvimento, frente à necessidade de formar cidadãos participativos no exercício e nas decisões políticas, bem como na fiscalização do direito público.

Amartya Sen (2010), em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, afirma que “sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele”. Sen (2010) mostra com exemplos que somente as leis também não garantem as liberdades substantivas que os cidadãos necessitam,

que somente a perspectiva do desenvolvimento pode promover essas liberdades, que se traduzem nas capacidades elementares dos indivíduos. De modo que sem desenvolvimento local, o que está nas leis, como direitos básicos, como ter acesso à alimentação, evitar a subnutrição, a morbidez e a morte prematura; ou ainda o direito à escolarização, ao tratamento de saúde, não se efetiva, ou seja a falta das liberdades substantivas (que são as capacidades, defendidas por Sen) tolhe o exercício das liberdades subjetivas, que são a participação política, a liberdade de expressão, entre tantas outras.

Assim, se faz urgente políticas públicas direcionadas logo, o crescimento econômico como objetivo em si mesmo, de fato, não é sinônimo de desenvolvimento, nem tampouco é o objetivo primordial. “uma das grandes diferenciações que podem ser feitas entre o crescimento e o desenvolvimento está em admitir que crescer está vinculado a mudar de tamanho, para mais e por meio de adições, ao passo que desenvolver está diretamente relacionado com a realização de um arranjo mais eficiente, que proporcione mudanças qualitativas, com legitimidade, à população mais vulnerável, as minorias e, concomitantemente, o fortalecimento das instituições governamentais e não governamentais, atentas a esse processo de enfraquecimento das camadas menos favorecidas da população e, conseqüentemente, o acúmulo e centralização de riquezas que, partindo de um planejamento exequível de distribuição de renda, bem como a solidificação de programas de apoio à agricultura familiar, aos pequenos produtores, aos comerciantes locais e demais segmentos da sociedade, pode-se avançar no combate e, quiçá, no controle das desigualdades sociais.

Sachs (2004), na definição do conceito de desenvolvimento, acrescenta a dimensão ambiental à sustentabilidade social. Assim, começamos a compreender, paulatinamente, que há um descompasso, seja no entendimento de desenvolvimento, seja na distribuição de renda e geração de empregos e no agenciamento das políticas locais de promoção do desenvolvimento local, de forma adequada às peculiaridades locais. Assim vale discutir o conceito de equidade, que jamais será tratar todos iguais, tarefa impossível, mas

iguais os iguais e diferente os diferentes, sem inferir em exclusão ou situações excludentes, consciente ou não. Logo, cada um é responsável pelo desenvolvimento que gere emprego e renda, mas sem negar a dignidade da pessoa humana, mas reconhecê-la e promovê-la.

O desenvolvimento sustentável, com um olhar especial para o desenvolvimento local, exige perspicácia e planejamento de iniciativas que visem ao amplo e diferenciado acesso dos cidadãos das comunidades aos bens naturais e, conseqüentemente, à produção de outros bens, objetivando o fomento e performance dos mecanismos legítimos de Controle Social. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos instrumentos colocado à disposição da sociedade civil para o controle social dos gastos públicos, que, quando bem utilizados, são revertidos em políticas públicas e promoção de igualdade social.

Assim, os agentes de desenvolvimento local precisam aprender com as iniciativas que já deram certo, com resultados evidentes e evidenciadores da satisfação da população local. É necessário pensar, principalmente, naqueles em situação de vulnerabilidade e opressão social, cujos direitos de acesso foram negados por mecanismos de controle e centralização do poder e da riqueza para efetivar o que está consignado nos quatro primeiros ODS da Agenda 2030 da ONU: ODS 1: Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; ODS: Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; ODS 3: Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades e ODS 4: Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. (ONU, 2015)

A alimentação diária e balanceada, ao menos três vezes por dia, é dignidade humana. Negar ou não se propor a pensar em

conjunto com o poder público, iniciativas que gerem emprego, renda, educação, saúde, lazer (e outros insumos e frentes que gerem essa dignidade) é negar-se como cidadão e como ser humano. Não se pode deixar que a vida sepulte mais do que a própria morte.

A CONCENTRAÇÃO DE PODER POLÍTICO E A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO POLÍTICA E FISCAL

O Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD (2019) afirma que as desigualdades no desenvolvimento humano prejudicam as sociedades, enfraquecendo a coesão social e a confiança das pessoas no governo, nas instituições e entre si. Afirma que as desigualdades em sua maioria lesam as economias, desperdiçam o potencial das pessoas, no trabalho e na vida pessoal, impossibilitando-as de concretizá-lo plenamente. Muitas vezes, impedem que as decisões políticas reflitam as aspirações da sociedade no seu todo e protejam o planeta [...]. Estas desigualdades no desenvolvimento humano são um obstáculo à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Não se trata somente de discrepâncias no rendimento e na riqueza. Não é possível representá-las através da mera utilização de indicadores sumários de desigualdade que se focam numa única dimensão. [...] A exploração das desigualdades no desenvolvimento humano deve, por isso, ir além do rendimento, além das médias e além do presente (PNUD, 2019).

O Relatório de Desenvolvimento Humano Regional 2021 do PNUD analisa a situação de desigualdade social do Brasil e dos países da América latina, em que explora 3 fatores que se retroalimentam: “alta desigualdade e baixo crescimento: concentração de poder, violência em todas as suas formas e políticas de proteção social que funcionam mal.” A lacuna entre riqueza extrema e pobreza extrema e vulnerabilidade que caracteriza a região ficou em evidência como nunca e se aprofundou ainda mais como resultado da pandemia de COVID-19 (PNUD, 2021).

O relatório convida os latino-americanos a compreender a conexão entre todos esses fatores e destaca um ponto de entrada que pode servir para romper com o baixo crescimento e a alta desigualdade: a implementação de sistemas universais de proteção social redistributivos, fiscalmente sustentáveis e mais favoráveis para o crescimento (CALVA, DIRETOR REGIONAL DO PNUD, 2021).

O documento afirma que a concentração de poder nas mãos de poucos (que defendem seus interesses privados) é um dos fatores que ligam a alta desigualdade com o baixo crescimento, e que a influência política leva ao uso indevido do poder, o que distorce as políticas públicas e enfraquece as instituições. Para exemplificar, usa o papel das “elites econômicas no bloqueio das reformas fiscais que apoiariam uma forma mais progressiva de redistribuição. Para equilibrar a distribuição de poder, a agência sugere explorar linhas de ação como regulamentação de lobby e financiamento de campanhas políticas” (PNUD, 2021).

O Documento informa também que a região é a mais violenta do planeta e que, “embora a desigualdade cause mais violência, a violência também aumenta a desigualdade, porque atinge de forma desproporcional as populações mais vulneráveis, contribuindo para perpetuar seu estado de privação” (PNUD, 2021). A violência também limita o crescimento por meio de seu impacto no capital humano (e na produtividade) e nos investimentos públicos e privados distorcidos, bem como nos gastos com segurança e incertezas sobre os direitos de propriedade.

Nenhuma nação se constrói prescindindo de uma educação libertadora (FREIRE, 2004) e que aponte para a compreensão solidária entre sua gente, permitindo a reflexão e apropriação de elementos que trazem, no seu cerne, o exercício político do cidadão (MAIA, 2014). Freire e Maia têm razão em suas afirmações, porque pelo que se vê no Relatório do PNUD, a concentração de poder nas mãos de poucos, ou das mesmas famílias, verdadeiras oligarquias, que defendem seus interesses privados, é um dos fatores que ligam a alta desigualdade com o baixo crescimento. Os cargos públicos de

decisão, administração e controle sempre nas mesmas “mãos”, por causa da influência política, leva ao uso indevido do poder, o que distorce as políticas públicas e enfraquece as instituições.

A Educação Fiscal acrescenta elementos substanciais à formação humana, oportuniza o cidadão a apropriar-se dos bens públicos, exigir seus direitos e fortalecer a prática de reivindicar, garantidos na Carta Magna. Permite também a compreensão de que o Estado, sem participação efetiva do cidadão, exerce mal o seu papel, pois é o financiador das ações estatais, por meio de pagamento de tributos.

O Relatório do PNUD trata da concentração de poder como uma das causas das desigualdades, uma vez que os que concentram o poder faz uso indevido dele e distorce as políticas públicas. Tal relatório foi certeiro ao considerar a política nas mãos de poucos como fator negativo para o desenvolvimento, porque no Brasil são as mesmas famílias que se estão no Poder há anos, no Legislativo e mesmo no Judiciário. No Judiciário, apesar dos concursos os sobrenomes se repetem, assim como no Legislativo. No Legislativo, entra o homem, depois a mulher, os filhos e os afilhados, de modo que o poder fica nas mesmas famílias. Logo, o diagnóstico do PNUD (2021) está de acordo com a realidade do Brasil.

O Relatório discute também a violência como o terceiro fator das desigualdades, uma vez que nas áreas violentas, como favelas e outras periferias, nem o Estado vai lá, quando vai, o faz por meio do camburão e do rabeção. Com o Estado afastado da localidade, abre-se espaço para o crime organizado, como o tráfico de drogas, por exemplo. De modo que a violência, de fato, é um fator que agrava as desigualdades, porque coloca os pobres numa situação de total vulnerabilidade.

O primeiro ponto do relatório que leva à desigualdade é a concentração de riqueza. Uma vez que há uma lacuna entre riqueza extrema e pobreza extrema. Entre os mais de 100 países analisados

no relatório, o Brasil é um dos mais desiguais. Após a África do Sul, é o segundo com maiores desigualdades entre os membros do G20" (PNUD, 2021).

No Brasil, a renda média nacional da população adulta, em termos de paridade de poder de compra (PPP, na sigla em inglês), é de 14 mil euros, o equivalente a R\$ 43,7 mil, nos cálculos dos autores do estudo. Os 10% mais ricos no Brasil, com renda de 81,9 mil euros (R\$ 253,9 mil em PPP), representam 58,6% da renda total do país. O estudo afirma que as estatísticas disponíveis indicam que os 10% mais ricos no Brasil sempre ganharam mais da metade da renda nacional.

Já o 1% mais rico no Brasil, com uma média de renda de 372 mil euros (quase R\$ 1,2 milhão), em paridade de poder de compra, leva mais de um quarto (26,6%) dos ganhos nacionais.

A metade da população brasileira mais pobre só ganha 10% do total da renda nacional. Na prática, isso significa que os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que recebem os 10% mais ricos no Brasil. Na França, essa proporção é de apenas 7 vezes (FERNANDES, 2021).

Não resta dúvida de que a situação do Brasil, do modo como ela está, se não se fizer nada, a tendência é aumentar ainda mais as desigualdades, o que está totalmente em contrário as diretrizes da Agenda 230 da ONU e do Relatório do PNUD 2021. A travessia no "deserto" da Pandemia deixou o país ainda mais desigual, de modo que somos convocados a pensar, planejar, executar, avaliar, corrigir rotas e possibilitar, e contribuir como o desenvolvimento local.

A Educação Fiscal e a responsabilidade ambiental, juntamente como projetos no âmbito do desenvolvimento local, podem promover o autodesenvolvimento e da autoconsciência de ser cidadão, sujeito do seu próprio desenvolvimento e do outro, conseqüentemente. Se o pão não está garantido para todos os

brasileiros e brasileiras, há, como nunca na história, preocupação, esforço e iniciativas no sentido de garanti-lo.

Como bem afirmou Thais Corral em seu Artigo: “Estratégias para a mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento local” (2010, p. 197): “pensar o desenvolvimento local num país complexo e assimétrico como o Brasil é sem dúvida um desafio”, mas adverte a autora, que na verdade é bem simples: basta combinar “investimentos em infraestrutura, promoção de boa educação, e políticas públicas coerentes” (CORRAL, 2010, p. 197). O problema diz a autora: “essas condições dificilmente se dão de forma articulada. Dificilmente coincidem na prática, uma vez que é difícil maximizar os benefícios dos recursos investidos, sejam públicos ou privados.

Tem razão Corral, mas essa é uma das causas apontadas pelo Relatório da PNUD 2021. É, exatamente, por esse contexto inquietante, do ponto de vista político-administrativo da concentração de poder, que as políticas públicas não chegam para a população de maneira articulada, o que exige o fortalecimento dos espaços democráticos e de controle por parte da população. França e Garibe Filho (2010, p. 313) diz que a ideia central é que devemos construir um caminho para políticas nacionais absorvendo aspectos surgidos em experiências recentes de desenvolvimento local, tanto nacionais como internacionais, mas que extrapolem a visão reducionistas do aspecto puramente econômico do desenvolvimento (FRANÇA& GARIBE FILHO, 2010, p. 313).

Amartya Sen (2010) enfatiza a necessidade de que o desenvolvimento não seja situado apenas sob a ótica econômica, mas sim também com o capital social que tende a evoluir como melhora direta de vida às pessoas. O conhecimento fornece ao sujeito mecânicas que permitem desfrutar de uma maior liberdade e autonomia, vinculado a ideia de cidadania plena, ao tempo que envolve o desenvolvimento equilibrado entre economia e interesses sociais.

Viver a democracia significa estar atento ao que podemos e devemos fazer, a fim de que os grupos sociais dos quais participamos busquem o bem comum. A Constituição Federal disponibiliza os instrumentos legais para efetivação do Estado de bem-estar social e do exercício pleno da cidadania, mas cabe à sociedade se envolver para assegurar que os princípios constitucionais sejam concretizados. O cidadão deve se preparar para exercer esse direito, ou continuaremos distantes da construção de uma sociedade verdadeiramente justa (FARIAS E CUSTÓDIO FILHO, 2014, p. 12).

Para o desenvolvimento local acontecer, é importante observar a vocação do lugar, bem como as potencialidades como recursos humanos e tecnológicos. É necessário também haver políticas públicas voltadas para o desenvolvimento a partir da vocação e das potencialidades.

Conforme apontou o Relatório do Desenvolvimento Humano Regional, PNUD, o Brasil está entre as nações mais desiguais do mundo, e o próprio relatório analisa quais são as causas dessa realidade que se repete deste a sua fundação e aponta a concentração de poder e a violência como fatores que impedem o desenvolvimento. A concentração de poder é um dos fatores, uma vez que as políticas públicas não chegam a todos os lugares, mas se concentram nos lugares onde os políticos e gestores públicos as destinam e esses lugares estão relacionados aos seus lugares de origem ou aos seus colégios eleitorais. De modo que as políticas públicas federais de desenvolvimento (ou mesmo estaduais) não chegam a todos os espaços necessários, principalmente nas cidades do interior do Brasil.

O tema violência também foi analisado no Relatório do PNUD como um fator que também atrapalha o desenvolvimento, exatamente por afastar investidores entre outros males causados por ela. Mas a violência também se liga ao tema desigualdades, ou melhor, é também responsável pela violência, uma vez que, principalmente, os jovens pobres, persuadidos pelas propagandas de

produtos de consumo, acabam entrando para o crime organizado, espaço onde o jovem das periferias encontra emprego, sem exigências de credenciais como escolaridade entre outras exigências. Infelizmente o crime organizado vão para os locais de periferia, exatamente porque o Estado não vai lá, e quando vai é dar tiro e prender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao fim de um curso de mestrado hoje é motivo para comemorar, principalmente porque no decorrer do desenvolvimento da pesquisa houve uma pandemia no meio que nos impediu de fazer coisas, principalmente relacionadas ao contato físico com pessoas, que foi o caso do presente trabalho, de modo que o trabalho de campo só pôde ser concluído mais ao final, porque antes o pesquisador ficou impossibilitado.

Mas o mais importante é que o projeto pôde ser desenvolvido conforme planejado e apresentado no processo de Qualificação. O envolvimento da comunidade no projeto de criação da minifábrica era um dos objetivos da pesquisa, que foi concluído com êxito. As dinâmicas utilizadas empoderou os sujeitos das rodas de conversa e os sensibilizou para o projeto.

O desperdício das frutas de época será transformado em renda, a partir da implementação de ações voltadas para o desenvolvimento do manejo, armazenamento e processamento das frutas produzidas nos quintais familiares, envolvendo a comunidade no empreendedorismo cooperativo.

Assim sendo, o conceito de desenvolvimento sustentável deixa de ser conceito para se tornar uma prática, uma vez que evitará o desperdício, gerará renda e ainda será respaldo de iniciativas propositivas e produtivas, capazes de transformar a realidade local.

As famílias participantes das rodas de conversa sentiram-se privilegiadas, pois abriram-se novos horizontes do pensar e do fazer. Momentos de empoderamento, de conhecimento, de difusão da cultura de reutilização, de aproveitamento dos recursos naturais e, por isso, dos encaminhamentos devidos e necessários para o fortalecimento de vínculos de parcerias locais e regionais.

O diálogo e a integração, gerados pelas rodas de conversa são o caminho a ser difundido em outras frentes, em outros movimentos que visem o desenvolvimento local sustentável e a consciência de cidadania.

A minifábrica de polpas de frutas, como projeto piloto que é, já está beneficiando as famílias, o comércio local e, poderá, quiçá, beneficiar as escolas barbalhenses de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O aproveitamento das frutas, ora desperdiçadas nos quintais e outros espaços, orientado ao devido e assertivo processo de aproveitamento, promove a sustentabilidade e a conscientização e, sobretudo, o não desperdício e o fomento constante aos diversos benefícios, além de despertar o empreendedorismo social.

As crises enfrentadas hoje despertam a necessidade de repensar o modelo produtivo hegemônico atual e considerar formas alternativas ao pensamento dominante de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, algumas possibilidades de inclusão social podem ser encontradas na literatura, como a economia solidária, do economista Singer (2009) que se propõe a atuar prioritariamente em favor das pessoas e do meio ambiente, defendendo um modelo socioeconômico mais equitativo, redistributivo e sustentável

Com vistas à divulgação da experiência, o pesquisador produziu um livro, em formato de e-book, em que descreve os processos com seus caminhos metodológicos, relatos de experiência, testemunhos das famílias envolvidas, insumos e afins correlacionados com fotos que trazem as evidências de um fecundo

e assertivo movimento de pesquisa aplicada à realidade social. O E-book será divulgado em sites, redes sociais diversas, canais oficiais de órgãos governamentais e não-governamentais.

REFERÊNCIAS

BEDIN, E., & PINO, J. C. (2018). Interações e intercessões em rodas de conversa: espaços de formação inicial docente. **RBEP**, 99(251), 222-238. doi:10.24109/21766681.rbep.99i251.3383. Acesso 20 mai. 2022.

BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.) **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB: ETENE, 1989.

BORJA, Jordi. **O local e o global**. In Habitat II. Istambul, UNCHS, 1996.

BRASIL. IBGE. **Censo de 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>. Acesso: 20 jun. 2022.

BRASIL. IBGE. **Cidade De Barbalha**. 2020. Disponível Em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>. Acesso: 20 jun. 2022.

CALVA, Luís Felipe López. **Relatório do PNUD destaca "armadilha" de alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/132852-relatorio-do-pnud-destaca-armadilha-de-alta-desigualdade-e-baixo-crescimento-na-america>. Acesso: 20 jul. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, v. 1.

COLÓQUIO – **Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 17, n. 4, out./dez. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/maria/Downloads/1812-Texto%20do%20Artigo-4612-1-10-20201001%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/maria/Downloads/1812-Texto%20do%20Artigo-4612-1-10-20201001%20(1).pdf). Acesso: 10 dez. 2021.

CORRAL, Thais. Estratégias para mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento local. In Dawbor e Pochmann. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

DANIEL, Celso. “Perspectivas que o D.L. e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo”. In: **Poder local e socialismo**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

FAO-BRASIL. **Marco estratégico da FAO 2022-2031**. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso 20 mai. 2022.

FARIAS, Fátima Maria Gondim Bezerra; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar Custódio Filho. **Educação fiscal e cidadania**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

FERNANDES, Daniela. **4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.htm#>. Acesso: 20 jul. 2022.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são regiões mais não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 122, Curitiba, p. 19-38, jun./jul. 2012.

FRANÇA, Cassio Luiz de; GARIBE FILHO, Roberto Nami. Políticas institucionais para o fomento ao desenvolvimento local. In Dawbor e Pochmann. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo; Perseu Abramo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo; Paz e Terra, 2004.

GOVERNO DO CEARÁ. **Mapa da Região Metropolitana do Cariri**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mapa+da+regi%C3%A3o+metropolitana+do+cariri&tbm=isch&ved=2>. Acesso: 03 jun. 2022.

GREGOLIN, Graciela Caroline; GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; TRICHES, Rozane Márcia; ZONIN, Wilson João. Desenvolvimento: Do Unicamente Econômico Ao Sustentável Multidimensional. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 12, n. 3, p. 51-64, dez. 2019. Disponível em: DOI: 10.18468/pracs.2019v12n3.p51-64. Acesso: 20 jun. 2022.

HECK, Selvino. Políticas de emprego e inclusão social: o pão, a palavra e o projeto Políticas redistributivas de renda orientadas ao desenvolvimento local. In Dawbor e Pochman. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo; Perseu Abramo, 2010.

HIERARQUIA VIÁRIA OFICIAL DA CIDADE DE BARBALHA. Disponível em: <https://wiki.openstreetmap.org/wiki/Barbalha>. Acesso: 20 jun. 2022.

LANDIM, Antonio Reginaldo. **Barbalha esquecida**: A história de Barbalha em fatos e fotos. Disponível em <https://barbalhaesquecida.home.blog/>. Acesso: 13 jun. 2022.

MÉLLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. **Psicologia e Sociedade**, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

NASCIMENTO, Diego Coelho do CHACON, Suely Salgueiro. Sustentabilidade Na Região Metropolitana Do Cariri – Rmc: **Análise A Partir Dos Objetivos De Desenvolvimento Do Milênio** – ODMS. Disponível em: Soc. nat. 28 (3), dez 2016 • <https://doi.org/10.1590/1982-451320160309>. Acesso: 20 jul. 2022.

ONU BRASIL. **Agenda 2030 da ONU**. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso: 20 jul. 2022.

ONU-BRASIL. **Agenda 2030**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/search?key=agenda+2030>. Acesso 20 mai. 2022.

PINHEIRO, Leandro Rogério. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. **Pro-posições**, Campinas, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0041?>. Acesso 20 mai. 2022.

PREFEITURA DE BARBALHA. **Histórico**. Disponível em: <https://barbalha.ce.gov.br/historico/>. Acesso: 20 jul. 2022.

QUEIROZ, Ivan da Silva. Região Metropolitana Do Cariri Cearense: a metrópole fora do eixo. **Mercator** (Fortaleza) 13 (3) • May-Aug 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2014.1303.0007>. Acesso: 10 jun. 2022.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2019. **PNUD**. Disponível em: <https://www.undp.org › brazil> Acesso 20 jul. 2022.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021. **PNUD**. Disponível em: <https://www.undp.org/latin-america/regional-human-development-report-2021>. Acesso: 10 ago. 2022.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Garamond, 2004.

SAMPAIO J, Santos GC, AGOSTINI, M, Salvador AS. Limits and potentialities of the circles of conversation: analysis of an experience with young people in the backcountry of pernambuco, brazil. **Interface** (botucatu). 2014; 18 supl 2:1299-1312.

SANT'ANNA, Alessandra. Os atores locais como promotores do desenvolvimento territorial endógeno Alessandra de Sant'Anna.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOMEKH, Nadia. A construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In Dawbor e Pochman. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo; Perseu Abramo, 2010.

VERISSIMO, L. S., & CAVALCANTE, I. N. As Águas Subterrâneas Do Crajubar, Região Do Cariri - Estado Do Ceará - Brasil. **Águas Subterrâneas**. 2000. Disponível em <https://aquassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/23450> . Acesso 03 jun. 2022

VISTA PANORÂMICA DA CIDADE DE BARBALHA ATUAL. TripAdvisor. Disponível em https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g2344340-Barbalha_State_of_Ceara.html. Acesso: 20 jul. 2020.

WARSCHAUER, C. Rodas e narrativas: Caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação. In B. Scoz, C. Feldman, M. C. Gasparion, M. I. M. Maluf, M. H. Mendes, Q. Bombonato, ... S. A. M. Pinto (Orgs.), **Psicopedagogia: Contribuições para a educação pós-moderna** (pp. 13-23). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOBRE OS AUTORES

Cícero Santos da Silva



Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Local, do Centro Universitário Augusto Motta, Unisuam. Possui graduação em Filosofia pelo Instituto Diocesano de Filosofia – Faculdade Católica do Cariri. (2003), graduação em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza (2014) e graduação em Direito pela Faculdade Paraíso do Ceará (2013). É servidor efetivo da Câmara Municipal de Barbalha, Diretor do Colégio Metropolitano em Barbalha, Presidente do Sindicato dos Servidores dos Poderes Legislativos do Estado do Ceará e do Sindicato dos Empregados nas Inst. Religiosas,

Beneficentes e Filantrópicas do Estado Ceará.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7189989592752533>

Prof^a. Dra. Maria Geralda de Miranda



Pós-doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, em Narrativas Visuais pela Universidade Clássica de Lisboa e em Estudos Culturais Africanos pela UFRJ. Possui Curso de Aperfeiçoamento em Gestão e Empreendedorismo pelo Babson Entrepreneurship Program, no Babson College, EUA. Curso de Aperfeiçoamento em Study Abroad Program On Environmental Sustainability, pela UIW European Study Center. É Professora e Pesquisadora do PPGDL-UNISUAM.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6730722686472778>

DESENVOLVIMENTO LOCAL: CIDADANIA E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

CÍCERO SANTOS DA SILVA
MARIA GERALDA DE MIRANDA



ISBN: 978-65-87809-57-1

